

Sarney aprova parte do pacote fiscal e hesita em cortar gastos

JOSÉ NEGREIROS

BRASÍLIA — O Presidente José Sarney aprovou a maior parte do pacote fiscal proposto pelo Ministro da Fazenda, Bresser Pereira, mas hesita no apoio aos cortes de gastos públicos, representados pela extinção de empresas estatais e órgãos ministeriais. Entre os órgãos mais importantes que devem desaparecer completamente estão o Instituto Brasileiro do Café (IBC), o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e a Superintendência para o Desenvolvimento da Borracha (Sudhevea).

A Empresa Brasileira de Transportes Urbanos (EBTU) poderá ser fundida com a Empresa Brasileira de Planejamento em Transportes (Geipot), do Ministério dos Transportes. O Ministério da Fazenda levou

para a reunião uma lista de 17 empresas: 15 para serem extintas e duas para serem transferidas aos Estados.

O Presidente também ficou em dúvida sobre outros dois pontos sobre os quais pediu novos estudos dos técnicos: o polêmico capítulo da correção monetária sobre o Imposto de Renda retido na fonte, que a Secretaria da Receita Federal desaconselha, e o percentual de reajuste das tabelas de fonte e progressiva abaixo da taxa real de inflação. Hoje ou amanhã haverá uma segunda reunião para fechar o pacote.

Durante a reunião, Bresser Pereira teve o apoio do Ministro-Chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), General Ivan de Souza Mendes, e do Secretário Particular da Presidência Jorge Murad. Este, no entanto, gostaria de aprofundar os cortes nos gastos do Governo.

— O senhor já discutiu a extinção dessas empresas com os Ministérios aos quais elas estão ligadas? — perguntou Sarney a Bresser.

— Não. Primeiro eu quis informá-lo. Se tivesse aberto esse debate, isso poderia prejudicar o processo, respondeu o Ministro.

Apesar dos cuidados políticos para executar os cortes, o Presidente Sarney acha que eles não incluem nenhuma empresa de grande porte, cujo fechamento seja capaz de causar impacto, e mesmo o conjunto das empresas é insuficiente como um exemplo significativo de contenção. Sarney teme, uma vez mais, críticas pela timidez no combate ao déficit público. Um dos presentes, contudo, ponderou que a privatização tem de ter um ponto de partida, que não pode ser radical.

A impressão da equipe econômica que trabalha na revisão das medi-

das, após a primeira rodada de conversas com o Presidente e os Ministros da casa, é que Sarney tentará negociar os cortes com os Ministérios interessados, fato que atrasaria as decisões que visam à redução do déficit. Além disso, a assessoria do Palácio do Planalto deverá rever os atos com essa intenção, em busca de uma conciliação com os interesses afetados.

Em determinado momento da reunião, o Presidente chegou a irritar-se com a pressa de alguns conselheiros para efetivar os cortes.

— Quem assina os decretos sou eu. Sou em quem tem de medir as consequências, advertiu Sarney.

O Ministro deixou o encontro satisfeito com seu resultado. Para ele, o fundamental era o pacote fiscal — que representa mais arrecadação — ser acatado. Os cortes ainda podem ser negociados por mais tempo.